

## “Eu espero acordar um dia sem sentir o peso do corpo”: violência contra as mulheres e Teatro do(a) Oprimido(a).

### “I hope to wake up one day without feeling the weight of the body”: violence against women and Theater of the Oppressed

Érika Cecília Soares Oliveira e Luísa Saavedra  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Brasil;  
Escola de Psicologia, Universidade do Minho  
Portugal

#### Resumo:

O Teatro do(a) Oprimido(a) foi utilizado para pesquisar os discursos sobre a violência contra as mulheres em comunidades carentes do interior paulista. As propostas dos espect-atores e dos espect-atrizes para lidar com este tipo de opressão passam pela fuga do lar, a procura pela justiça e o empoderamento através do trabalho. Ao mesmo tempo esta intervenção permite sensibilizar as pessoas para este tipo de vivência, e buscar novas possibilidades de enfrentamento da violência contra as mulheres.

**Palavras-chave:** Violência contra as mulheres, Teatro do(a) Oprimido(a), Teatro Fórum, dispositivo político.

#### Abstract:

The Theatre of the Oppressed was used to search discourses on violence against women in poor communities in São Paulo. Proposals from spect-atores /spect-atrizes to deal with this kind of oppression are to leave home, the demand for justice and empowerment through work. At the same time this intervention allows to raise awareness of this type of experience, and seek new possibilities for addressing violence against women

**Keywords:** Violence against women, Theatre of the Oppressed, Forum Theatre, political device.

No dia 13 de março de 2013 a presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, assinou um decreto que institui a vigência do *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015* (Brasil, 2013) com o intuito de reforçar a luta pela igualdade de gênero. O documento é formado por 10 capítulos temáticos, 103 metas e 415 ações, e as áreas contempladas por ele vão desde a abordagem dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, passando por discussões como cidadania, igualdade, enfrentamento do racismo, sexismo, lesbofobia, dentre outros. Ainda nesse mesmo mês, a presidenta e a ministra da Secretaria de Política para as Mulheres (SPM), Eleonora Minicucci, lançaram o *Programa Mulher: viver sem violência*<sup>1</sup>, que prevê a integração de serviços públicos de segurança, justiça, saúde, assistência social, acolhimento, abrigamento e orientação para o trabalho sendo destinados para sua implementação 265 milhões de reais até 2014, 137,8 milhões para 2013 e 127,2 milhões em 2014. Segundo a SPM, que coordena o programa, a prevenção será

1 Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4490:sugestao-de-pauta-programa-mulher-viver-sem-violencia-e-um-marco-para-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-mas-depende-de-adesao-dos-estados&catid=51:pautas](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4490:sugestao-de-pauta-programa-mulher-viver-sem-violencia-e-um-marco-para-a-aplicacao-da-lei-maria-da-penha-mas-depende-de-adesao-dos-estados&catid=51:pautas). Acesso em: 08/04/2013.

uma das prioridades, contando para isso com cinco campanhas educativas de conscientização com aporte de 100 milhões de reais. Além disso, o Programa prevê o rompimento da rota crítica que vitimiza milhares de mulheres ao oferecer às mulheres o atendimento nas *Casas da Mulher Brasileira*, que serão centros de referência que pretendem reunir os serviços públicos acima mencionados, além de qualificar para a geração de renda, o que é a concretização de uma demanda realizada pelo movimento de mulheres já na década de 1980. Com isso, espera-se uma atenção integral, intersetorial e multidisciplinar permitindo, assim, que haja uma coerência nos encaminhamentos realizados, na tentativa de auxiliar as mulheres no rompimento da violência. Esses centros serão construídos, inicialmente, nas 27 capitais brasileiras. Uma vez implementado, o Programa permitirá que a violência contra as mulheres não se restrinja à esfera policial apenas, possibilitando que se trabalhe na perspectiva da prevenção e acolhimento. No ano passado o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher)<sup>2</sup> recebeu mais de 80.000 denúncias de violência contra as mulheres e, atualmente, estima-se que cinco mulheres sejam espancadas a cada dois minutos no Brasil.<sup>3</sup>

Parece-nos, então, que essa iniciativa já vem mais do que na hora: dados de uma pesquisa realizada em 2011 com mulheres em situação de violência (Meneghel, Bairros, Mueller, Monteiro, Oliveira e Collaziol, 2011) mostram como nas delegacias, ainda hoje, os e as profissionais continuam focando sua atenção na queixa e na procura apenas do lado criminal e, para as entrevistadas, existem entraves tanto na aplicação da Lei Maria da Penha<sup>4</sup>, como deficiências do sistema policial para sua proteção. A pesquisa demonstra que as mulheres ainda são levadas a tomarem decisões apressadamente na audiência, havendo muita pressão para que reconsiderem a queixa e retornem para suas casas. O setor da saúde, por sua vez, invisibiliza a violência vivenciada por elas, encaminhando-as para outros locais. Ainda que as mulheres desta pesquisa citem a Lei Maria da Penha como um fator facilitador para o combate da violência, parece que os atendimentos que são acionados durante a rota crítica continuam a vulnerabilizá-las e, conseqüentemente, a revitimizá-las e essa precariedade dos serviços, em sua maioria fragmentados, acaba, muitas vezes, resultando no seu assassinato.

Ainda no mês de março de 2013, a sociedade brasileira acompanhou o julgamento do assassino de Mércia Nakashima, o primeiro julgamento televisionado na história do nosso país<sup>5</sup>. Como não poderia deixar de ser, dentre as argumentações do advogado de defesa do assassino, estava a de que a vítima talvez pudesse ser uma garota de programa, o que dava a entender que isso justificaria o fim trágico que levou. Isso nos leva a crer que enquanto não nos ocuparmos de desconstruir concepções estereotipadas a respeito do gênero, muito pouco se poderá avançar quando o assunto é violência. O homem que extermina sua companheira o faz não só em função da impunidade, mas também – e sobretudo – porque as performatividades que o moldaram e o coagiram a agir como um “homem” sustentam esse tipo de prática. Cabe então a nós provocar linhas de fraturas nas tecnologias de normalização que reforçam modos de subjetivação que não permitem que mulheres e homens naveguem ou até mesmo transgridam as fronteiras que lhes são forçosamente desenhadas previamente. É evidente que deveriam também atuar, em igual medida, nas pautas do governo atual, não apenas a criação de espaços destinados às mulheres que sofrem violência, mas também espaços para mulheres que desejam abortar ou também a

---

2 Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4436:08032013-a-cada-hora-dez-mulheres-denunciam-agressoes-pelo-ligue-180&catid=43:noticias](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4436:08032013-a-cada-hora-dez-mulheres-denunciam-agressoes-pelo-ligue-180&catid=43:noticias). Acesso em: 08/04/2013.

3 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/02/22/cinco-mulheres-sao-agredidas-a-cada-dois-minutos-no-brasil>. Acesso em: 26/04/2013.

4 A lei 11.340/06, também conhecida como Lei Maria da Penha, aprovada por unanimidade e sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, surgiu como resultado de um esforço coletivo do movimento das mulheres e poderes públicos para coibir todas as formas de violências contra as mulheres no Brasil (Brasil, 2012).

5 Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4485&catid=43](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4485&catid=43). Acesso em: 01/04/2013.



manutenção daqueles espaços que já haviam sido conquistados pela população LGBT e que vêm sendo mais ameaçados do que defendidos, como bem demonstra a eleição de um deputado racista e homofóbico para presidir à Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara.<sup>6</sup>

Se no *Programa Mulher viver sem violência* são destinadas verbas para a realização da prevenção, por meio da conscientização da população através de campanhas, a Lei Maria da Penha, por sua vez, prevê em seu capítulo I, “Das Medidas Integradas de Prevenção”, a promoção de estudos e pesquisas, campanhas educativas e promoção de programas educacionais que preveem, todos eles, a compreensão da violência contra as mulheres, a divulgação da lei e a disseminação de valores éticos junto a população. Foi pensando nisso e na necessidade de criar mais espaços dentro da academia para discutir tais pontos que desenvolvemos a pesquisa que relataremos a seguir.

### A pesquisa<sup>7</sup>

Trata-se de pesquisa de doutorado, realizada no período de 2009-2013, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia e Sociedade da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, localizada no campus de Assis, no interior do estado de São Paulo. Dentre os nossos objetivos, estava o de promover discussões a respeito da violência contra as mulheres (VCM), conhecer os discursos das pessoas sobre feminilidades, masculinidades, poder, casamento, amor, gênero, violência e também experimentar novas metodologias que pudessem ser utilizadas para esses propósitos dentro do campo da Psicologia. Para tanto, utilizamos o Teatro do/a Oprimido/a – (TO), de Augusto Boal, na modalidade de Teatro Fórum (TF). Ainda que este seja muito utilizado em trabalhos de intervenção social junto às comunidades carentes, é um instrumento pouco conhecido dentro do campo de pesquisas acadêmicas brasileiras. A modalidade conhecida como TF procura, através do fórum ou debate, trazer as espectadoras e os espectadores para a cena. Por intermédio da ou do curinga, responsável, dentre outras coisas, pela mediação entre palco e plateia, as pessoas são convidadas a entrar no palco e interferir nos acontecimentos. Sua dramaturgia prevê um conflito, no qual a ou o protagonista sofre algum tipo de opressão e deseja livrar-se dela, sem, contudo, conseguir. É justamente neste momento que as pessoas que assistem ao espetáculo são acionadas. Confiando em sua sabedoria, o/a curinga pede-lhes auxílio. É um convite coletivo, realizado com a intenção de resolver o conflito apresentado, preparando a plateia para a solução de problemas futuros, daí receber o nome de “modelo de ação futura” (Boal, 2005). Como um dispositivo político, o TF prevê o resgate de memória, através da narrativa de opressões que se viveu um dia e que permaneceriam caladas caso não fossem reativadas em função desta atividade. Este tipo de resgate tem como objetivo instigar as pessoas a procurarem não apenas soluções para os conflitos encenados, mas também para que percebam que aquilo que vivenciaram possui uma dimensão política, devendo, portanto, ser publicizada, a fim de que não volte a acontecer ao se aprender a lidar com a situação, caso ela ocorra novamente. É um modo de colocar nas mãos das pessoas possibilidades de enfrentamento social. Além disso, outra contribuição trazida por Boal (2000; 2005), é que o teatro é um instrumento que deve estar a serviço de todos e todas, não devendo seu uso ficar concentrado nas mãos de alguns poucos ou de algumas poucas. Através da sistematização de suas técnicas, ele permite que aqueles ou aquelas que não têm acesso a este tipo de fazer, possam não só aprender como também praticar, tornando-se artistas também.

---

6 Estamos nos referindo ao pastor evangélico e deputado federal Marcos Feliciano que manifesta, publicamente, seu ódio a negros(as) e homossexuais e que tem sido alvo de protesto dos movimentos sociais e de alguns(mas) deputados(as) que não o consideram apto para representar as minorias que costuma atacar em suas pregações. Disponível em: [http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4629&catid=44](http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4629&catid=44). Acesso em: 01/04/2013.

7 Trata-se da pesquisa “Gênero, violência contra a mulher e Teatro do(a) Oprimido(a): construindo possibilidades de pesquisa e intervenção social” que recebeu orientação das professoras Maria de Fátima Araújo (UNESP-Assis) e Luísa Saavedra (Universidade do Minho-Braga).



Para realizar a pesquisa construímos uma pequena cena de TF cujo tema principal dizia respeito à violência contra as mulheres, sobretudo aquela praticada no ambiente doméstico, dentro de parcerias amorosas heterossexuais. Inspirada no livro *O dia dos prodígios*, da escritora portuguesa Lídia Jorge (1990), a narrativa que conduziu o fórum contava a história de Branca e José Pássaro Volante. Branca bordava um dragão numa colcha que possuía o tamanho de sua própria casa. Este trabalho era controlado pelo marido que punia qualquer coisa que considerasse como desviante. Metaforicamente, o dragão representava a prisão de Branca a esta tarefa interminável e de como sua obediência e comportamento eram vigiados por seu marido. Além disso, ele acreditava que Branca deveria servir-lhe sexualmente, mostrando-se, ainda, satisfeita com isso. Para atender a estrutura de um Fórum, procuramos mostrar que, mesmo sendo submissa, Branca desejava, de algum modo, livrar-se daquela violência toda. Com o decorrer das apresentações e com a aprendizagem através dos fóruns, inserimos duas vizinhas: Jesuína, a vizinha que acreditava que Branca talvez até gostasse de apanhar, e Esperancinha, a vizinha e amiga, que torcia para que Branca saísse daquela situação de opressão.

A cena foi apresentada para diferentes grupos de mulheres e homens, de três cidades do interior paulista, totalizando cinco apresentações. A escolha dos grupos se deu em função do pouco acesso que essas pessoas tinham a qualquer tipo de produção artística, concentrando-se, portanto, nas comunidades mais excluídas como cooperativas e associações de catadores e catadoras de material reciclável, alunas e alunos de um programa de alfabetização para jovens e pessoas adultas, alunos e alunas de um curso profissionalizante e, por último, achamos também apropriado apresentar para um grupo de profissionais da saúde.

Nosso objetivo aqui é fazer um recorte no material coletado, dando visibilidade justamente aos discursos que demonstram o posicionamento de espectadores e espectadoras e espectadores e de espect-atrizes durante o fórum ou mesmo após, quando abríamos para uma roda de conversa. Queremos evidenciar aqueles discursos que consideramos reforçadores de estereótipos de gênero, que perpetuam relações de dominação e, assim, permitem que a violência contra as mulheres seja mantida em nossa sociedade e, por outro lado, os discursos que, ao colocarem a responsabilidade da cessação da violência nas mãos exclusivamente delas, não consideram que as redes de apoio devam ser reivindicadas nas pautas do governo e, provavelmente, esquecem-se de acompanhar notícias como as que trouxemos acima, em que a presidenta do país pretende destinar verbas para a construção dessas redes. Nomeamos esses discursos como reguladores e culpabilizadores.

#### **“Vai fazer tudo de novo pro marido”: regulação dos papéis de gênero**

A feminilidade, segundo Llobart (1993), costuma ser objeto de uma enfática construção discursiva normalizadora. Um exemplo disso são os discursos que reforçam aspectos considerados naturais das mulheres, sendo especialmente relevantes na produção de corpos e subjetividades femininos adequados. Tomaremos, pois, como primeiro exemplo de discursos reguladores aqueles que foram gerados a partir do fórum com Jesuína. Quando perguntamos à plateia o que ela faria se estivesse no lugar de Esperancinha, que tentava dialogar com Jesuína sobre a situação de Branca, uma espect-atriz, Carolinda, diz sentada em sua cadeira: “Eu falaria pra ela que a mulher tem que trabalhar, limpar a casa, tem que ter lazer, se divertir, levar os filhos pra passear, com o marido junto”. Depois, já no palco, quando Jesuína tenta reforçar que não auxilia Branca porque em briga de marido e mulher não se deve meter a colher e que talvez Branca até goste disso, Carolinda argumenta: “Nenhuma mulher gosta de apanhar, apanha porque gosta [bate palma, diz]: ai, eu não sei falar! [continua] mulher não gosta de apanhar. *Mulher, além de cuidar de casa*, a mulher tem que passear, se divertir com os filhos e o marido tem que levar pra passear, comer lanche.” (Carolinda, TF, agente de saúde, grifo nossos).

Ernestina é outra espect-atriz que procura argumentar com Jesuína quando esta diz que

o marido trabalha fora o dia todo e tem que encontrar a casa limpa, a comida feita e os filhos bem cuidados:

*Concordo com você. Daí seu marido tem que chegar em casa e falar: hum, amor, que cheirinho gostoso nessa panela, ai como as crianças tão bonitinhas, arrumadinhas, ai obrigado por você ter feito isso! Porque daí amanhã a mulher vai acordar com o sorriso aqui [aponta para a boca], de orelha a orelha, vai fazer tudo de novo pro marido chegar e reconhecer, entendeu? [...] Então, mesmo obrigação, a gente tem obrigação de ser feliz, de ser mulher, de ser amada, de tudo isso. São obrigações também, cadê as obrigações dele? A gente faz nossas obrigações, leva couro. (Ernestina, TF, aluna de curso profissionalizante, grifo nossos).*

Para Llombart (1993), a interpretação do mundo é manejada de acordo com uma ideia de realidade acessível a todos/as, mas essa realidade mesma é definida a partir de uma posição social particular: a dos grupos dominantes (homem ocidental, branco e burguês). Este tipo de interpretação acaba por favorecer o interesse desses grupos, reproduzindo continuamente as relações de poder. Através de “jogos de linguagem” contribui para que as mulheres interpretem o mundo e a si mesmas a partir de uma visão androcêntrica, fazendo com que elas se constituam através de uma dupla prática discursiva: a naturalização e a instrumentalização dessa natureza. Os discursos reguladores, assim, permitem a emergência de uma naturalização dos papéis sociais e das relações amorosas. É possível verificar isso através da ausência de questionamento sobre as atribuições tanto femininas como masculinas. Desse modo, ainda que as espect-atrizes procurem se opôr à posição assumida por Jesuína, é possível verificar, nos discursos elencados, uma naturalização das atividades executadas pelas mulheres: “Eu falaria pra ela que a mulher tem que trabalhar, limpar a casa” ou ainda “Mulher, além de cuidar de casa (...)” (Carolinda), “Concordo com você. [Você] vai fazer tudo de novo pro marido chegar e reconhecer” (Ernestina). Além disso, o prazer é sentido como uma espécie de obrigação, como mais um papel social a ser cumprido, como todos os demais, o que pode ser visualizado em vários discursos de Carolinda: “[mulher] tem que ter lazer, se divertir”, “a mulher tem que passear, se divertir com os filhos e o marido tem que levar pra passear”, “Eu também tenho a minha obrigação com Deus, tenho obrigação com a minha casa, tenho obrigação com o meu marido, mas eu tenho o direito de me divertir” e também de Ernestina: “a gente tem obrigação de ser feliz, de ser mulher, de ser amada, de tudo isso”. Para Llombart (1993), a utilização de obrigações incide e perpetua uma imagem de sujeito discursivo privado de vontade de ação e de certa autonomia, mostrando uma evidente penetração do saber-poder nos âmbitos mais recônditos do sujeito. Isso pode ser comprovado pelo uso do imperativo verbal *tem* e da própria palavra *obrigação*.

### “É uma questão do eu, né?": a culpabilização da mulher

Ao invés de verem na protagonista uma mulher que, como elas, vivencia opressões e violência, justamente pelo fato de ser mulher, Maria Mutema e Maria Deodorina, alunas do programa de alfabetização procuram explicar a experiência de violência sofrida por Branca da seguinte forma:

*É isso que eu quero dizer, porque isso aí não é normal, uma mulher aceitar tudo isso, não é normal. E se falar que é por causa de uma criança, não, não existe isso (...) Eu acho que a mulher, neste caso, poderia procurar uma ajuda sim, tanto da lei quanto ela teria que procurar um psicólogo, alguma coisa pra mostrar pra ela que ela pode sair daquela situação (Maria Deodorina, RC, grifos nossos).*

Elas também colocam a responsabilidade de dar um basta à violência nas mãos da mulher,



o enfrentamento passa a ser algo relacionado à *atitude* como demonstram Farida, aluna do curso profissionalizante e Maria Deodorina, respectivamente: “Acontece que o Pássaro não vai fazer nada disso se você não tomar uma atitude, você fica aí, chacoalhando essa cadeirinha, você tem que mudar de tática [...]. Cê fica uma mulher burra, o dia inteiro fazendo uma coisa só, tem que ter outras atividades” e “Não, quem tem que tomar a atitude eu acho que é a pessoa, a mulher é que tem que tomar uma atitude”.

Nota-se nos discursos dessas espect-atrizes que o gênero deixa de ser considerado em sua dimensão relacional e assume uma esfera individualizante, em que vários déficits ou falhas são apontados (isso aí não é normal; cê fica uma mulher burra), déficit que recai sobre a figura da mulher em situação de violência, ou seja, num único polo, numa única direção, mulher esta que deve tomar uma atitude solitariamente. Não se levanta como hipóteses a contribuição do homem para a manutenção e perpetuação da situação de violência, o quanto é partícipe na continuidade da mesma. A responsabilização é sentida unilateralmente. Mercedes Carrasco-Portiño *et al.* (2007) acreditam que, enquanto o homem autor de violência não for concebido como parte do conflito e incluído na discussão, intervenções eficazes não contemplarão este problema social tão amplo e a responsabilidade recairá sempre sobre a mulher. Assim, excluem-se da linguagem construções mais vigorosas que demonstram que a violência contra as mulheres é uma prática social e histórica, executada de modo silencioso, tácito e sistemático sem que, contudo, as mulheres que as sofrem sejam necessariamente doentes ou anormais. Os efeitos políticos e sociais desses discursos não permitem a construção de posturas e vivências de maior embate, pois individualiza e essencializa os acontecimentos, descontextualiza as trajetórias vividas por milhares de mulheres. Para Llobart (1993), este tipo de posição discursiva faz com que as próprias mulheres se configurem a partir de uma posição sócio-histórica, a androcêntrica, que as deixa alheias, já que reproduzem relações desiguais entre os gêneros.

No grupo de profissionais da saúde, é possível observar que a invisibilidade da violência contra a mulher costuma ser reiterada por prática e discursos que demonstram que eles e elas não vêem os seus serviços como locais de assistência e inclusão da atenção à violência. A situação de violência não se apresenta para eles ou para elas como um problema organizacional de assistência a ser prestada, merecedora de treinamentos específicos por parte da equipe (Kiss e Schraiber, 2011). A assistência, nesses casos, se resume ao tratamento de lesões e sintomas e a violência não é reconhecida como objeto de intervenção em saúde. A natureza doméstica e privada da violência conjugal contribui para essa recusa como alvo assistencial. Para essas autoras, a natureza da violência como um objeto médico-social não encontra identificação na racionalidade biomédica de intervenção e os pressupostos da clínica médica continuam privilegiando sua abordagem em lesões e disfunções orgânicas. A detecção da violência se resume quase a uma confissão e abordar o assunto depende de uma/um ou outra/o profissional, sem que haja, necessariamente, um grau de integração entre elas/eles. A proposta de um protocolo na saúde implica em habilidade diagnóstica, além da resposta adequada ao problema detectado, aliando elementos técnicos com a interação profissional-paciente (Kiss *et al.*, 2011). Todos os profissionais e todas as profissionais, de forma integrada, precisam de conhecimentos e habilidades com redefinição cultural do escopo de sua ação e a reorganização dos serviços para poderem dar conta do problema, daí a defesa do paradigma da integralidade em saúde quando o assunto é este (Schraiber D’Oliveira e Couto, 2009; Schraiber, D’Oliveira, Lucas, Portella e Menicucci, 2009). Para essas autoras, todas essas dificuldades enfrentadas pelos e pelas profissionais acabam fazendo, muitas vezes, com que a tentativa de resolução recaia numa perspectiva pessoal e não profissional, força de vontade de cada um e de cada uma e não de políticas direcionadas para o atendimento especializado das mulheres: “Mas eu acho que precisa existir uma política mais forte pra orientar e apoiar este tipo de mulher e elas saberem onde podem ir” (Juliana Bastiana, agente de saúde, RC). A carência desse investimento gera o desconhecimento do assunto e em decorrência disso, aparecem discursos reguladores, exemplificados nos excertos seguintes:

“Ó, se você ficar assim nessa vidinha que você tá, ou você começa a levantar essa cabeça e erguer e mostrar que você é mulher de verdade ou você vai continuar passando por esse negócio que você tá passando aí, tá bom? Eu falo isso aí como amigo [...]” (Ermilindo, TF, grifos nossos).

[...] mas só faltou um ponto principal nela: autoconfiança [...]. Autoestima, autoconfiança. Um outro ponto, só que é um ponto negativo: há muitas Brancas na vida que não têm coragem para trabalhar, não têm coragem pra fazer nada. Então preferem depender do marido a vida inteira, viver aquela vida de rotina, viver apanhando, porque não têm coragem pra trabalhar (Irene, RC, grifos nossos).

Mas a maioria das mulheres, elas são acomodadas, essas mulheres que a gente vê e vivenciam essa situação, elas são acomodadas [...]. Se você juntar dez mulheres, ver quem realmente quer mudar, na palavra vai ser as dez, mas no ato vai ser duas, três. Se tiver vai ser duas, três (Dulcineusa, RC, grifos nossos).

(...) há muitas Brancas na vida que não têm coragem pra trabalhar, não têm coragem pra fazer nada. Então prefere depender do marido a vida inteira, viver aquela vida de rotina, viver apanhando, porque não tem coragem pra trabalhar. (Irene, RC, grifos nossos).

Mulher de verdade, de cabeça erguida, não acomodada, corajosa, ligados às práticas institucionais, esses discursos produzem formas de regulação, organização e administração da vida social e tecem um regime de verdade sobre a mulher. O comprometimento ético-político das e dos profissionais, neste caso, reduz-se a um julgamento, discurso arraigado, difícil de combater como demonstra Willig (2008). Desenha-se uma mulher que, de algum modo, usufrui da situação em que se encontra, uma das explicações recai sobre a sua suposta falta de vontade para trabalhar, já que a atividade doméstica nem mesmo é considerada um trabalho propriamente dito. Junto a isso, mais uma vez a ênfase recai sobre a autoestima ou sobre o “eu” da mulher.

Sobre isso, Guita Debert e Maria Filomena Gregori (2008) advertem que não passa de uma armadilha transformar a violência, o poder e o conflito em problemas de falta de confiança ou autoestima e que bastaria às mulheres serem capazes de tomar atitudes adequadas para facilmente se livrarem de práticas discriminatórias. Julio Waiselfisz (2012) em seu levantamento sobre feminicídios no Brasil problematiza demonstrando que os feminicídios acontecem em virtude da tolerância que nossa sociedade tem diante da violência contra as mulheres, sendo que dentre os mecanismos que fomentam essa tolerância, encontra-se a culpabilização da própria mulher que sofreu a violência, os casos de estupro são emblemáticos disso. Vê-se o modo com que os discursos operam, produzindo verdadeiras naturalizações naquilo a que se referem ou, como entende Ian Parker (1996), definindo os objetos de que falam de forma a não questionar sua existência: a mulher é definida em termos de déficits se permanece na relação violenta ou então das normas que supostamente infligiu e que redundou em violências cometidas contra ela.

### Reflexões finais

Colocar o gênero como dispositivo a ser considerado pelas políticas públicas é, a nosso ver, incitar todas as desconstruções possíveis e imaginárias que o mesmo abarca. Por isso mesmo, perguntas devem ser formuladas a todo instante: é possível prevenir a violência contra as mulheres se não reformularmos junto com a população concepções sobre as feminilidades e as masculinidades? Podemos acreditar que reforçar estereótipos através de políticas públicas – como aque-



les que associam mulheres à maternidade – permitem o enfrentamento da violência? No Brasil morrem, a cada ano, pelo menos 200 mulheres em função de abortamentos precários e acreditar que a maternidade é o destino natural de todas nós facilita esse tipo de realidade<sup>8</sup>. Existirão nos centros de referência que serão erguidos a intenção de se montar grupos com homens que praticam ou que pretendem praticar violência contra suas companheiras para que possam reprogramar as masculinidades que lhes são impostas reiteradamente? Tomaremos de empréstimo para amparar essa última pergunta as reflexões sobre a guerra trazida por Judith Butler (2006) para tentar entender a responsabilidade das pessoas que praticam atos violentos: é necessário para se compreender tal fenômeno perguntar que tipo de mundo “forma” esses sujeitos e pensar na relação entre condições e atos, já que nossos atos não são autossuficientes, mas sim condicionados. O que leva homens a serem violentos e o que se pode fazer para transformar tais condições? Colocar tais perguntas não significa que a culpa seja mais das condições que formatam homens a serem como são e menos do que dos homens propriamente, mas é necessário contextualizar historicamente o modo como as performatividades de gênero e as tecnologias de normalização contribuem para construir homens violentos e também - chamamos a atenção - homens não violentos. Desse modo, acreditamos que devemos pensar em quais estratégias estamos acionando – se é que estamos – para reconstruir masculinidades que possam ser solidárias às mulheres.

#### Referências Bibliográficas:

- Boal, Augusto (2000), *Jogos para atores e não-atores*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Boal, Augusto (2005), *Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (2006), *Vida precária*, Buenos Aires, Paidós.
- Brasil; Presidência da República, Secretaria de Política para as Mulheres (2013), *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*, Brasília, Secretaria de Políticas para as Mulheres.
- Carrasco-Portiño, et al. (2007), “¿Qué sabemos sobre los hombres que maltratan a su pareja? Una revisión sistemática”, *Rev. Panam. Salud Pública*, 22,1, pp. 55-63.
- Debert, Guita Grin e Gregori, Maria Filomena (2008), “Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas”, *RBCS*, 23, 66, pp. 165-211.
- Jorge, Lúcia (1990), *O dia dos prodígios*. Portugal, Publicações Europa-América.
- Kiss, Lúcia Bettencourt e Schraiber, Lilia Blima (2011), “Temas médico-sociais e a intervenção em saúde: a violência contra mulheres no discurso dos profissionais”, *Ciência e Saúde Coletiva*, 16, 3, pp. 1943-1952.
- Llombart, Margot Pujal (1993), “Mujer, relaciones de género y discurso”, *Revista de Psicología Social*, 8, 2, pp. 201-215.
- Meneghel, Stela Nazareth, et al. (2011), “Rotas críticas de mulheres em situações de violência: depoimento de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil”, *Cad. Saúde Pública*, 27, 4, pp. 743-752.
- Parker, Ian (1996), “Discurso, cultura y poder en la vida cotidiana”, in Angel Juan Gordo-López e José Linaza (Org.), *Psicología, discurso y poder: metodologías cualitativas, perspectivas críticas*,

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.viomundo.com.br/entrevistas/rede-feminista-de-saude-rede-cegonha-e-um-retrocesso-de-30-anos-nas-politicas-de-genero-saude-da-mulher-direitos-reprodutivos-e-sexuais.html>. Acesso em: 08/04/2013.



Madrid, Visor, pp. 79-92.

Schraiber, Lilia Bilma, D'oliveira, Ana Flávia Pires Lucas e Couto, Márcia Thereza (2009), "Violência e saúde: contribuições teóricas, metodológicas e éticas de estudos da violência contra a mulher", *Cad. Saúde Pública*, 25, 2, pp. 205-216.

Schraiber, Lilia Bilma, et al. (2009), "Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios", *Ciência & Saúde Coletiva*, 14, 4, pp. 1019-1027.

Waiselfisz, Julio Jacobo (2012), *Mapa da violência 2012 Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

Willig, Carla (2008), "Foucauldian discourse analysis", in Willig (org.), *Introducing qualitative research in psychology*, London, Open University Press, pp. 112-131.